

## **O Rio nas cruzadas: comunicação, democratização e usos da internet numa eleição carioca<sup>1</sup>**

Fernando Lattman-Weltman

**Resumo:** Características específicas das novas mídias digitais – tais como a plena acessibilidade potencial e a interatividade – têm gerado freqüentes expectativas com relação a supostas capacidades democratizantes de meios como a Internet, que seriam comparativamente maiores dos que as dos veículos tradicionais de imprensa escrita e audiovisual. Nesse artigo pretendemos matizar e problematizar tais expectativas, a partir de uma análise dos modos pelos quais a rede pode sem dúvida desempenhar tais funções positivas ao mesmo tempo em que se presta também à reprodução de hierarquias e desigualdades por meio de manipulações de capitais simbólicos originários do mundo, digamos, “não-virtual”, e à transmutação de preconceitos do senso comum. A análise toma por base o uso da rede nas eleições municipais de 2008, no Rio de Janeiro.

Características específicas das novas mídias digitais – tais como a plena acessibilidade potencial e a interatividade – têm gerado freqüentes expectativas com relação a supostas capacidades democratizantes de meios como a Internet, que, supostamente, seriam maiores se comparadas aos dos veículos tradicionais de imprensa escrita e audiovisual. Na base de tais anseios, não é difícil localizar tanto um determinado conjunto de pressupostos acerca do que se pode definir como “autêntica democracia”, quanto, obviamente, um conseqüente diagnóstico sobre as razões pelas quais veículos como a imprensa escrita, a televisão e o rádio não seriam capazes de contribuir adequadamente para a efetivação de tais pressupostos democráticos.

Entre os ditos males que afligiriam hoje a “democracia em crise”, alguns seriam particularmente indicativos da incapacidade de tais mídias em se desincumbir de suas responsabilidades para com um regime político que se deseja dotado da mais plena liberdade e igualdade de oportunidades.

A democracia contemporânea sofreria então, em 1º lugar, de problemas de mediação, com partidos políticos sem qualquer nitidez programática e/ou ideológica, e com baixa identificação no eleitorado. Haveria também problemas de alienação, com a reprodução de grandes assimetrias de informação, entre eleitos e eleitores, o que afastaria os representantes de seus compromissos assumidos em campanha. Finalmente, seria preciso mencionar os problemas de articulação, pelos

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa foi parcialmente financiada com recursos de uma bolsa do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Faperj.

quais interesses coletivos não lograriam afirmar-se e pressionar politicamente com eficácia, por conta de processos de reprodução de “culturas políticas” inadequadas ou disfuncionais para o exercício satisfatório de um regime democrático.<sup>2</sup>

Em todos esses casos, para além das vicissitudes especificamente atribuíveis ao desenho das instituições políticas liberais – ou às condições estruturais do regime de economia de mercado capitalista – caberiam também, aos veículos mais tradicionais de comunicação, grande parte da responsabilidade. Em especial, no modo como não apenas se submeteriam a (e reproduziriam) tais instituições e condições estruturais, mas mesmo na forma com que estabeleceriam, em sua esfera específica de atuação – ou seja, em suas relações com o Público –, formas similares e praticamente unilaterais de hegemonia ou dominação. Assim, para além de cenários institucionais e/ou estruturais mais adequados ao que se quer que se entenda por “democracia autêntica”, a efetivação das próprias promessas democráticas liberais dependeria não apenas, portanto, de eventuais reformas na esfera específica de operação de órgãos como os governos, tribunais, partidos e parlamentos, mas também de veículos de comunicação estritamente funcionais ao bom funcionamento daqueles.

Em primeiro lugar, bons meios de comunicação seriam decisivos particularmente no que diz respeito ao controle que pode ser exercido, eficazmente, pelo soberano (o povo) sobre seus representantes. Jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão, por exemplo, no cumprimento de suas funções democráticas, deveriam, pois, basicamente fornecer aos cidadãos as informações de que estes necessitariam para manter-se a par do comportamento das pessoas públicas e instituições que os representam, no cumprimento dos mandatos a elas delegados, de modo a poder, inclusive, recompensá-las, ou puni-las adequadamente quando necessário. Aqui, o pressuposto ideal é o de que a mídia deve ser imparcial e objetiva na cobertura dos fatos – neste caso, em especial, os políticos – deixando ao cidadão bem informado o ônus de utilizar as informações precisas de que agora disporá para fazer o seu juízo político livre e racionalmente. Se, no entanto, considera-se a imparcialidade ou a objetividade praticamente impossível – no jornalismo e/ou na política – pode-se então ao menos advogar a equidade na cobertura: as diversas vozes e perspectivas numa dada controvérsia, ou os diversos partidos numa disputa, mereceriam as mesmas oportunidades de afirmação e comunicação perante o Público. Novamente, caberia ao cidadão assim pluralisticamente informado, ponderar os argumentos dissonantes e tomar livremente a sua decisão soberana e racional, em prol de um ou outro lado.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A lista dos arautos da “crise da democracia” é complexa. Uma súpula destes e outros problemas atribuídos à democracia contemporânea representativa por tal conjunto de autores pode ser encontrada em LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Democracia, informação e mercado político: indeterminação e representatividade da representação”, apresentado ao 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2006.

<sup>3</sup> Uma boa compilação destes e outros conteúdos da tradição liberal de expectativas com relação à ação da mídia

Seja qual for o ideal de racionalidade – melhor talvez fosse dizer: concepção ontológica de Verdade – partilhada pelo freguês, caberia então a pergunta: e por que veículos ditos hoje tradicionais, como o jornal, a revista, o rádio e a televisão, não podem, ou não conseguem satisfazer tais ideais de objetividade, imparcialidade ou equidade?

As vicissitudes principais, enfrentadas por tais veículos, na prestação de informação adequada ao cidadão soberano seriam da seguinte ordem:<sup>4</sup> 1) eventuais compromissos éticos dos jornalistas para com a necessária imparcialidade de seus veículos parecem, historicamente, muito frágeis diante do conjunto de pressões – econômicas, políticas, físicas, morais, etc. – a que se encontram sujeitos, seja qual for o regime de propriedade e operação em que atuem;<sup>5</sup> 2) a equidade, por sua vez, além de poder ser de difícil delimitação – quantas ou quais vozes ou versões, quantos ou quais partidos devem ter direito às mesmas condições de exposição? – pode acabar sendo inviabilizada no plano ideal por conta de consensos mais ou menos tácitos, e/ou profundos, a despeito da possível existência de real competição entre veículos. De modos que a possível diversidade de posições assumida na superfície da cobertura dos fatos relatados acerca de um determinado evento ou conjuntura pode subentender – ou deixar mesmo explícitas – concepções unilaterais de fundo, consensuais entre os diferentes veículos, e que tornariam irrelevante toda eventual divergência superficial.<sup>6</sup>

Na verdade, dentro desse contexto de elevadas expectativas democratizantes, as limitações estruturais de tais veículos iriam muito além destas, vinculadas “somente” à oferta de subsídio informacional para o cidadão decisor. Pois que o papel político dos veículos possui dimensões outras que a da oferta de informações para um Público, por assim dizer, totalmente exterior à mídia. Com efeito, a produção cultural dos meios de comunicação não se limita a informar: ela hoje, a rigor, em grande medida forma e conforma o próprio Público – ou, os vários Públicos –, no modo como não apenas dá (ou nega) visibilidade a determinadas formas de discurso e, conseqüentemente, de identidade social, mas também interfere no modo com que tais discursos e identidades são percebidos e vivenciados na sociedade midiaticizada. A mídia não é, portanto, apenas um fornecedor de informações para consumidores externos a ela; ela constitui-se no principal espaço, na principal arena de disputa em que esses mesmos consumidores – e, doravante,

---

na democracia se encontra em LICHTENBERG, Judith. (ed.), *Democracy and the mass media*. Cambridge University Press, 1995.

<sup>4</sup> Vou deixar de lado qualquer consideração acerca das reais possibilidades da “objetividade”. Para uma interessante maneira de se compreender os seus determinantes, ver, por exemplo, TUCHMAN, Gaye, “Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen’s notions of objectivity”, In: *American Journal of Sociology*, 77(4), 1972. Acerca da evolução da noção de objetividade na História da imprensa Americana: SCHUDSON, Michael, *Discovering the news: a social history of American newspapers*, New York, Basic Books, 1978.

<sup>5</sup> O tema é clássico nos estudos de mídia. Ver, por exemplo, GOLDING, Peter (org.), *Communicating politics*, New York, Holmes & Meyer, 1986.

<sup>6</sup> E isso sem falar nas próprias externalidades concentradoras motivadas pela própria concorrência.

produtores – se constroem (ou vendem-se), com maior ou menor autonomia e autocontrole.<sup>7</sup>

Desse modo, se no que dizia respeito à imparcialidade e à equidade, a autonomia excessiva, ou, ao contrário, a subordinação comprometedora dos veículos de comunicação – a seus próprios interesses políticos particulares, ou aos de forças mais poderosas (e eventualmente ocultas) – já se apresentavam como muito problemáticos para a adequada prestação de seus serviços democráticos de atendimento ao **consumo** de informações, quando a dimensão política **produtiva** da mídia é acrescentada ao nosso quadro, parecem ainda mais evidentes as limitações dos chamados meios tradicionais. Aos limites anteriores se somaria agora a relativa unidimensionalidade de seu discurso, a relativamente baixa porosidade deste discurso a um conjunto mais amplo, diversificado e possivelmente desequilibrado de vozes, em uma palavra a sua relativamente baixa interatividade junto ao Público, e diante de uma sociedade cujos grupos parecem desejar ouvir, cada vez mais, e antes de qualquer outra coisa, a própria voz amplificada.<sup>8</sup>

Neste quadro, não surpreende, pois que as últimas eleições tenham sido observadas com crescente interesse, como processos políticos em que o acesso e o uso da rede, tanto pelos atores institucionais quanto pelo público em geral, nos forneceriam exemplos desses novos potenciais democratizantes de algumas das novas tecnologias de comunicação, através da mobilização de argumentos, apoios e recursos – financeiros, inclusive – capazes não apenas de trazer e socializar novos participantes, mas também de reduzir a apatia de setores do eleitorado e, por último, mas não menos importante, ampliar o escopo e a qualidade dos debates políticos e ideológicos.<sup>9</sup>

Nesse artigo pretendemos matizar e problematizar essa temática a partir de uma análise dos modos pelos quais, ao contrário do que parecem sugerir tais argumentos, a rede pode sem dúvida desempenhar tais funções tidas como positivas ao mesmo tempo em que se presta também à reprodução de hierarquias e desigualdades por meio de manipulações de capitais simbólicos originários do mundo, digamos, “não-virtual”, e à transmutação de preconceitos do senso comum. Em especial em contextos marcados simultaneamente por grande desigualdade social e taxas significativas de mobilidade, como é o caso do Brasil contemporâneo.

## ELEIÇÕES E INFORMAÇÃO

---

<sup>7</sup> Cfr. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Imprensa e sociedade: a economia do discurso público”. In: *Arché Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, vol.III, n.8, 1994.

<sup>8</sup> Sobre as exclusões comunicativas inerentes à democracia ocidental ver, por exemplo, YOUNG, Iris Marion, “Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa”, In: Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, Editora UnB, 2001.

<sup>9</sup> Uma boa aproximação do tema dos potenciais democráticos da Internet, no Brasil, é a que se encontra em GOMES, Wilson & MAIA, Rousiley, *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*, São Paulo, Paulus, 2008.

Com base nos desenvolvimentos meramente tentativos da introdução acima, creio que é possível se ter ao menos uma idéia aproximada do conjunto de problemas teóricos que seguem desafiando a imaginação dos estudiosos da mídia – virtual ou não – e suas dimensões políticas.

Para efeitos da argumentação que segue, porém, vou me ater a uma caracterização bastante simplificada dos papéis desempenhados pela informação num processo eleitoral – no caso o das eleições municipais realizadas em 2008, no Brasil, e em particular, na cidade do Rio de Janeiro –, no sentido apenas de delimitar as implicações principais da introdução no quadro geral de uma nova tecnologia, ou, se preferirmos, de uma nova arena de confrontação e produção discursiva: a Internet.

Qualquer discussão acerca do impacto e da qualidade da difusão de informações em um processo político não pode deixar, contudo, de se referenciar a um conjunto bastante complexo e não obstante perfeitamente compartilhado de pressupostos historicamente construídos, relativos aos sentidos normativos atribuídos a tal processo. No caso específico de um evento tão característico da forma moderna e contemporânea da democracia – as eleições –, não custa nada lembrar algumas obviedades importantes: 1) tal sistema muito particular envolve as noções (hoje corriqueiras) de que existe uma igualdade política essencial entre todos os seres humanos que governam e são governados; de modo que não apenas eventuais diferenças adscritas genéricas não podem justificar privilégios ou exclusões com relação ao acesso aos postos de comando, mas que, ainda mais decisivamente, tal exercício do poder tem de ser feito em nome do pressuposto interesse geral de todos os participantes (iguais, politicamente); 2) que, desse modo, o novo tipo de governo legítimo, seja qual for a sua forma, se funda numa delegação do soberano: o conjunto dos membros da *polis*; 3) que, no caso específico da adoção de governos eleitos, estes assim se definem pela manifestação periódica (regular ou eventual) de uma vontade coletiva que opera por mecanismos – votos, candidatos, partidos, etc. – que, de um modo ou de outro, **representam** a intenção, ou desejo, de autonomia destas unidades políticas em gerir seus próprios problemas e construir sua própria realidade concreta; mesmo que de forma controversa (e não raro freqüentemente insatisfatória), mas que, ao menos, se dê mediante procedimentos aceitáveis por todos; 4) que, portanto, pretende-se utilizar o artifício eleitoral para garantir uma **escolha** coletiva no sentido de prover-se assim a efetividade de um governo, quer dizer, de um poder capaz de tomar decisões e executar políticas necessárias em benefício – e, de preferência, somente em benefício – dos principais interesses práticos de toda essa população; escolha esta que caberá, na prática, à resultante legítima das decisões individuais tomadas a respeito por cada um dos membros do colégio eleitoral definido; 5)

e que, afinal, a decisão individual de cada um desses membros se fará de forma livre e autônoma – quer dizer, isenta de coerções materiais externas –, de acordo com a consciência de cada um, com base nas informações disponíveis que lhes possam servir de subsídio.

Desse modo, à relativa simplicidade do procedimento eleitoral moderno, igualitário e individualizado – “um homem, um voto” – corresponde, na verdade, um muito específico conjunto de pressupostos normativos, historicamente construídos, que, talvez não por acaso, acaba por trazer à tona as contradições que o presidiram, no quadro profundamente complexo de exigências que freqüentemente se fazem ao eleitor em sua deliberação soberana – e, também, obviamente, à qualidade da informação que ele precisará mobilizar para garantir sua contribuição à almejada “democracia autêntica”. De fato, a se levar a sério não apenas o debate teórico contemporâneo,<sup>10</sup> mas acima de tudo sua difusão e vulgarização no senso comum e na produção midiática, se é mesmo levado a crer que não haverá futuro para a democracia ocidental a menos que o eleitor saiba como escolher sempre o melhor candidato e/ou partido, em função, por exemplo, de: um diagnóstico preciso sobre o seu interesse pessoal (em especial o econômico, mas não somente), de curto, médio e longo prazos; uma análise historicamente bem fundamentada da consistência ideológica e programática de cada partido, de par, eventualmente, com uma criteriosa investigação acerca da coerência, da sinceridade e da honestidade pessoais dos candidatos; se possível, é claro, uma noção razoável das implicações de cada alternativa eleitoral para o funcionamento ideal do sistema adotado em sua unidade política – o que, por exemplo, pode dizer respeito a temas como separação e relações entre poderes, federalismo ou unitarismo administrativo, etc.; e sem esquecer, é claro, da agenda internacional, o meio ambiente, a evolução globalizada do capitalismo mundial, a luta contra o terror (ou contra o imperialismo), etc. Haja informação!

Diante de tal quadro é mesmo um consolo perceber, porém, que seja qual for o grau de sofisticação intelectual a presidir o voto do eleitor, onde o moderno regime democrático pôde se estabelecer e desenvolver suas instituições, o mecanismo eleitoral tem, em geral, produzido governos e parlamentos capazes de, razoavelmente, dar conta de muitos problemas, gerando índices consideráveis de bem-estar social, em amplas proporções, e sem prejuízos comparativamente mais graves ao exercício de valores caros à nossa tradição, como a liberdade e a justiça.

A rigor, tudo o que o eleitor parece precisar – assim como a esmagadora maioria dos indivíduos em seu dia a dia – é de um pequeno conjunto de informações, quer dizer, de signos, símbolos, índices e argumentos (alguns muitas vezes surpreendentemente precários) para tomar uma decisão cuja resultante eleitoral é na maioria das vezes – não obstante todas as variáveis

---

<sup>10</sup> Em que pontificam vertentes “deliberacionistas”, “radicais”, “comunitaristas”, etc. Uma boa crítica desse debate se encontra, por exemplo, em WALZER, Michael, *Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

intervenientes que tendem a tornar os seus efeitos em grande medida imprevisíveis – perfeitamente inteligível e racional, do ponto de vista da unidade política e seu sistema de formação de preferências e governos!

Com efeito, uma vez computados os milhares ou mesmo milhões de votos – decididos, cada um a seu modo, seja lá como for –, não apenas se obtém um determinado resultado, com vencedores e vencidos. Mas também se escuta, conforme a feliz metáfora jornalística, o “veredicto das urnas”: uma mensagem mais ou menos implícita no modo como uma candidatura, um programa ou uma estratégia de campanha tornou-se melhor sucedida, e que mesmo não passando, talvez, de mera suposição, de racionalização *a posteriori*, – ou até mesmo *wishful thinking!* –, não deixa, contudo, de comprometer os vencedores com a expectativa de um desempenho futuro, com a consecução de metas de exercício do poder. E que, uma vez coletivamente incorporada – através das idas e vindas da economia simbólica – como constituindo o sentido da “manifestação popular” através do voto, se estabelece como uma espécie de parâmetro pelo qual poderão se balizar estrategicamente tanto os mandatários eleitos quanto seus opositores derrotados e, por último, mas não menos importante, o próprio eleitor: o mesmo que com seu ínfimo voto ajudou a construir toda essa estranha narrativa, e que, com base nela, inclusive, terá o poder de punir ou recompensar futuramente os vencedores de hoje.

Mas então – questionarão os irascíveis e exigentes vigilantes da Verdade democrática – a deliberação eleitoral se esgota no resultado do pleito? Isto é tudo o que as eleições têm a nos dizer sobre a democracia?

É óbvio que não, respondem eles mesmos (e, apesar de tudo, eu também)!

Para além da formação de governos, fóruns legislativos e demais magistraturas públicas eventuais, as eleições certamente cumprem outros papéis muito importantes para as sociedades liberais contemporâneas. Principais rituais periódicos de legitimação da democracia, as eleições são também meios de reprodução do sentimento de pertencimento e reconhecimento mútuos dos membros da comunidade civil, recurso imprescindível para o aprendizado político e estratégico dos cidadãos e suas associações, meio privilegiado de formação de identidades nacionais e ideológicas.

E todas essas operações se constituem, obviamente, de processos comunicativos. De troca, produção e consumo de todo tipo de informação. Dos tradicionais comícios, passeatas e eventos políticos presenciais à propaganda escrita, audiovisual e eletrônica, ou do “corpo-a-corpo” entre candidatos e eleitores à mobilização via Internet, tudo em uma campanha política na democracia atual gira em torno da comunicação.<sup>11</sup> E embora seja evidente a determinação

---

<sup>11</sup> É claro que não nos esquecemos das fundamentais dimensões ocultas da política, e que, inclusive, interferem

estratégica de toda essa mobilização – afinal, trata-se essencialmente de uma competição por poder –, as citadas dimensões simbólicas e culturais do ritual de muito ultrapassam a racionalidade especificamente política do processo.<sup>12</sup>

Ainda assim – ou por isso mesmo –, deveríamos insistir, contudo, na exploração das diferentes propriedades e implicações políticas do uso de diversas mídias nas disputas democráticas? Mesmo reduzindo nossas expectativas com relação à intervenção política da mídia para atender “somente” às funções sócio-culturais acima mencionadas – e não mais a um ideal irreal (e rigorosamente desnecessário) de “cidadão bem-informado”?

Ora, se para além da função institucional básica – formação da “pessoa artificial” representante – as eleições também desempenham todos esses outros papéis, é forçoso admitir que os meios de comunicação usualmente mobilizados em campanhas dispõem, cada um a seu modo, de propriedades distintas e, portanto, capacidades diferenciadas de contribuição. Com efeito, se as formas mais tradicionais de comunicação presencial, como comícios e passeatas, fornecem uma experiência rigorosamente insubstituível de socialização política, com a qual os veículos escritos, audiovisuais e digitais não podem rivalizar, por outro lado, a sua própria condição presencial e efêmera constituem limites espaço-temporais a que, por sua vez, veículos como a tv e o rádio, de um lado, e os jornais, as revistas e a Internet, por outro, não precisam respeitar. Diferenças estruturais de alcance, perenidade, intensidade e interatividade, portanto, delimitam o modo com que cada tipo de meio de comunicação intervém sobre a produção dos múltiplos efeitos sociais, culturais e políticos das eleições.

No caso específico da Internet, não é difícil reconhecer as dimensões de seu potencial, em comparação a outras mídias. Com uma capacidade de difusão tecnicamente quase que ilimitada, com seus conteúdos acessíveis praticamente a qualquer momento e em qualquer ponto do planeta; com recursos de armazenamento e rápido acesso a todo tipo de informação, numa escala espaço-temporal inigualável para qualquer outro meio concorrente; e, acima de tudo, com mecanismos de interatividade também incomparáveis, o que se pode dizer – até onde nossa imaginação alcança – é que apenas no quesito intensidade a nova forma de comunicação parece se encontrar em relativa desvantagem (diante, é claro, da experiência presencial política).<sup>13</sup>

Assim, a participação presencial nas campanhas continua sendo talvez a mais

---

diretamente sobre a sua visibilidade (GOMES, Wilson, *Transformações da política na era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus, 2004).

<sup>12</sup> É por isso que não há contradição entre a adoção de uma perspectiva rigorosamente competitiva de compreensão da democracia – como advoga, por exemplo, Schumpeter – e o reconhecimento destas outras dimensões fundamentais da práxis política contemporânea. Aliás, bastaria pensar no fenômeno razoavelmente freqüente dos partidos não-competitivos para se reconhecer que a pluralidade das formas de organização partidária vai muito além das tipologias comuns, de caráter ideológico ou sociológico.

<sup>13</sup> Mesmo assim, sempre é possível imaginar – talvez no futuro – alguma forma de emulação virtual de experiências de ativismo político presencial como as que nos fornecem, até hoje, comícios ou passeatas, por exemplo.



poderosa escola de vida política. O jornal segue oferecendo a perenidade, a profundidade e, freqüentemente, o prestígio historicamente construído da palavra escrita. A revista semanal pode continuar a sintetizar tais qualidades e a oferecer a matéria factual com maior prazo de elaboração. O rádio certamente ainda supera os demais veículos em informalidade e em intimidade. E a televisão pode manter-se, ao menos, como o mais poderoso captor de atenção, indutor catártico e formador da memória e referência imagética. Mas mesmo que não possa virtualmente superar todas essas qualidades dos demais, é realmente difícil conceber outro meio mais equânime e versátil do que a Internet. Ao menos quando se trata de subsidiar o eleitor a partir dos ritmos e interesses específicos próprios deste e de dar a ele a oportunidade de se fazer ouvir em questões controversas, influenciando assim, de algum modo, os demais envolvidos.

Uns e outros meios de comunicação, no entanto, enfrentam limitações e constrangimentos outros que vão além – ou aquém – de seus potenciais estruturais. E uns e outros não controlam inteiramente o conteúdo simbólico de sua produção. Será preciso atentar mais uma vez para essas questões, adiante.

A tarefa se tornará mais fácil, creio, se observarmos um contexto eleitoral concreto e o uso da nova mídia nele.

### **O USO POLÍTICO DA INTERNET E AS ELEIÇÕES DE 2008 NO BRASIL**

O estudo do uso significativo da Internet em eleições, assim como o próprio objeto, é ainda muito recente. Até mesmo o simples esforço de datação demandaria não apenas uma pesquisa empírica cujos dados podem ser apenas estimados, mas que, acima de tudo, ainda não conta com um marco teórico e metodológico minimamente coerente para a orientação da investigação. Como mensurar a importância do fenômeno? Que indicadores utilizar? Como obtê-los?

Não obstante tais dificuldades, iniciativas positivas vêm sendo observadas, o que, com um grau aceitável de risco e arbitrariedade, nos permitem, contudo, dar continuidade à nossa análise. Assim, por exemplo, pesquisas realizadas no contexto das eleições gerais brasileiras de 2006 já nos trazem dados importantes que, à falta compreensível de consolidação dos estudos sobre o assunto, nos permitem, ao menos provisoriamente, tomar aquele pleito como um dos primeiros, senão o primeiro exemplo de intervenção eleitoral sistemática de atores políticos através da Internet, no país.<sup>14</sup>

Algumas características importantes ressaltam da análise de tal intervenção, à luz dos dados coletados pelos pesquisadores:

---

<sup>14</sup> Refiro-me ao conjunto de pesquisas constantes do volume *A mídia nas eleições de 2006*, organizado por Venício A. Lima (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007).

1) O forte pluralismo político brasileiro também se manifesta na “esfera pública internética” nacional: há profusão de argumentos e tomadas de posição para todos os gostos, pró e contra todos os principais candidatos e partidos;

2) Apesar do fato de que a maioria das intervenções mais fortemente engajadas não se mostre muito aberta à revisão de suas posições prévias – o que pode desagradar expectativas “deliberacionistas” mais exigentes –, o debate é livre e certamente obriga os contendores a refinar suas argumentações e a se colocar, na prática, minimamente, sob as chamadas regras pragmáticas discursivas de coexistência e de um mínimo de respeito mútuo entre interlocutores iguais.<sup>15</sup> O que certamente não pode ser desprezado, principalmente se levarmos em conta o que isso pode significar, pelo menos, de subsídio informativo justamente para o participante mais aberto, ou indeciso, que tem acesso à interlocução;

3) A questão do acesso é exatamente o ponto que parece suscitar maiores críticas e ceticismos, assim como maiores preocupações, da parte dos entusiastas da nova ferramenta. Embora o universo de internautas venha se ampliando continua e significativamente, o país tende a replicar no que tange à inclusão digital os mesmos traços de desigualdade que marcam a experiência social brasileira, em especial no que diz respeito ao consumo de informação e acesso à cultura. Somente uma parcela minoritária da população tem acesso à rede e a beneficiar-se diretamente de seus recursos e oportunidades.

Por esses e outros fatores, já mencionados acima, se há muito pouco o que pode ser dito com respeito à influência do novo meio sobre os resultados eleitorais – e ainda menos acerca da “qualidade do voto” por ele informado – o máximo que podemos dizer, com estes dados e evidências, é que, tal como os demais veículos e mídias, a rede certamente estará, de algum modo, contribuindo – diretamente sobre seus usuários, indiretamente sobre a sociedade, como um todo – para que os demais elementos do ritual eleitoral de reprodução das identidades políticas nacionais produzam seus efeitos. Seguramente, a rede estará contribuindo para que milhões de internautas/eleitores possam aprofundar sua compreensão do processo político brasileiro, com a oportunidade inédita de acessar facilmente um conjunto relevante de dados e interpretações, e, o que ainda é mais estimulante, participando diretamente em debates e argumentações sobre o tema e suas diversas dimensões.

Mas o que se pode dizer acerca do modo como a experiência coletiva das eleições tem sido tematizada? A que narrativas contingentes sobre a grande novela política nacional tem

---

<sup>15</sup> Sobre a pragmática do discurso e suas propriedades ver HABERMAS, Jürgen, *Democracia e direito: entre facticidade e validade*, Vol.II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

servido primordialmente a “esfera pública” mediada, ou melhor, “hospedada” na grande rede?

Afinal, como acontece em toda eleição, há que se atentar para o fato de que mesmo em se tratando essencialmente apenas de uma disputa por postos e mandatos entre determinados candidatos e partidos, cada eleição, em cada unidade política subnacional, nunca se faz sem se referendar – reproduzir e recriar – um determinado contexto narrativo, ativando uma configuração específica de economia simbólica. É esse contexto que define quais os principais temas de debate (*issues*) dividem e opõem (ou, ao contrário, igualam e aproximam) os candidatos, seus partidos, coligações e programas. É essa economia o que estabelece, afinal, o que se encontra em jogo em cada disputa, o que poderá significar a vitória ou a derrota de cada um.

No caso das eleições municipais de 2008 na cidade do Rio de Janeiro – como é comum em eleições locais no contexto federativo brasileiro –, é possível distinguir analiticamente, logo de início, dois grandes níveis de debate, confrontação e posicionamento políticos: 1) o nível nacional: em que a eleição é pensada e informada por suas implicações para o jogo de forças que se dividiam em torno do apoio e da oposição ao Governo Federal (para todos os que já procuravam se situar em relação às eleições gerais de 2010, para a Presidência da República e para o Congresso Nacional); 2) o nível local: onde, obviamente, o que estava em jogo, além da própria correlação de forças específicas da cidade e do estado do Rio de Janeiro, era a própria situação do município, seus principais problemas e ansiedades.

No que se referia ao primeiro nível é preciso levar em conta, mesmo que brevemente, o contexto simbólico no qual vinha se desenrolando o segundo mandato (2007-2011) de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no comando do país e como o eleitorado carioca – por força de sua história e divisões internas – se via afetado, representado ou não, pelo governo em exercício.

A esse respeito, é interessante perceber que se na primeira vitória de Lula em disputa pela presidência, em 2002, ele obteve no município do Rio de Janeiro, no 2º turno, uma vitória esmagadora, com cerca de 80,96% dos votos válidos, quatro anos mais tarde, quando se reelegeu, ele obteve nova vitória expressiva na cidade, mas com uma queda significativa de cerca de 15%, com uma perda absoluta da ordem de mais de 600 mil votos, entre uma e outra eleição.<sup>16</sup> Talvez ainda mais representativos da mudança de atitudes de parte considerável do eleitorado carioca em relação ao então presidente-candidato, foram os resultados do 1º turno de 2006, se comparados aos

<sup>16</sup> Os números das eleições presidências no Rio de Janeiro, em 2002 e 2006 são os seguintes:

2002	1º Turno	%	2º Turno	%	2006	1º Turno	%	2º Turno	%
Lula	1.625.333	47,19	2.757.957	80,96	Lula	1.470.652	43,34	2.143.210	65,91
Serra	376.992	10,68	648.222	19,03	Alckmin	1.023.425	30,16	1.108.495	34,09
Garotinho	1.052.539	30,56	–	–	Heloisa H	692.272	20,40	–	–
Ciro	365.556	10,61	–	–	Cristovam	193.639	5,70	–	–

Fonte: Site do Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); acessado em 26/01/2009).

de quatro anos antes: em 2002, Lula venceu com folgas, obtendo cerca de 47% dos votos válidos, seguido, a uma distância confortável, pelo ex-governador do estado, Anthony Garotinho (então no Partido Socialista Brasileiro, PSB, que obteve cerca de 30%). Seu adversário no 2º turno – e candidato da situação federal de então – José Serra (do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB), ficou em terceiro na cidade, com 10,68%, tecnicamente empatado com o 4º colocado, o candidato Ciro Gomes, então no Partido Popular Socialista, PPS, que obteve 10,61. Já em 2006, sem a presença na disputa de um candidato tão forte localmente, Lula manteve boa dianteira no 1º turno, mas teve a persegui-lo na cidade, tal como no país, o principal adversário nacional: o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que praticamente triplicou os votos cariocas de seu partido em relação a 2002. Ou seja: em 2006, ao contrário do que ocorreu na 1ª vitória de Lula, a disputa presidencial pelo voto do carioca foi claramente muito mais polarizada em termos nacionais, com o Rio se dividindo entre as alternativas hegemônicas (ambas de base exterior à cidade e ao estado). Diante desse contexto, não surpreende que tenha sido na capital fluminense que a candidata Heloisa Helena, ex-PT, do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL – formado por uma dissidência de extrema esquerda que deixou o partido de Lula por divergências na condução de seu primeiro governo – obteve o seu melhor desempenho nas principais capitais do país: 20,4% dos votos válidos.<sup>17</sup> Um contingente expressivo de eleitores cariocas – certamente não apenas de “ex-lulistas” – apostou suas fichas na candidatura (razoavelmente competitiva) mais à “esquerda” do pleito.<sup>18</sup> Finalmente, ainda com relação aos números de 2006 no Rio de Janeiro, é interessante perceber a queda do desempenho do PT nas eleições proporcionais, entre esta eleição e a anterior, inclusive no número de votos de legenda obtidos pelo Partido:<sup>19</sup> para eleger deputados federais o PT contou com uma diminuição percentual da ordem de -27,30% de votos de legenda, entre uma eleição e a anterior (-22,75% no total de votos válidos para estes cargos). Na disputa pelas cadeiras da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a queda em 2006 foi ainda maior: -41,28% de votos de legenda (- 27,40 no total). Quer dizer: se Lula perdeu, na cidade do Rio de Janeiro,

---

<sup>17</sup> Bem próximo do percentual obtido por ela na capital de seu próprio estado e base eleitoral (Maceió, Alagoas): 24,5. (Fonte: Site do Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); acessado em 26/01/2009)).

<sup>18</sup> E cuja campanha foi marcada, justamente, por um forte antagonismo ao candidato-presidente e seu partido. A esse respeito, inclusive, é interessante mencionar a versão que circulou à época – mas sobre a qual desconheço pesquisa empírica que a tenha verificado – de que muitos eleitores auto-definidos como de esquerda teriam votado contra Lula no 1º turno de 2006 exatamente para forçar a realização de um 2º turno, tendo aí então retornado a ele e garantido sua vitória, desse modo, porém, com maior dificuldade, ou, preferencialmente, dando ensejo a mais “debate”. Pessoalmente considero o cálculo tão irrealisticamente sofisticado que prefiro acreditar tratar-se de algo parecido com aquilo que o velho Pareto chamava de “derivação”: uma racionalização *a posteriori*, para dar sentido e justificar impulsos afetivos e irracionais (para mim, inclusive – e creio que para o próprio Pareto –, perfeitamente compreensíveis e legítimos).

<sup>19</sup> O PT é conhecido na historiografia partidária brasileira como o maior fenômeno na obtenção de votos de legenda. Os demais grandes partidos freqüentemente o superam em votos nominais, mas não conseguem competir em matéria de militância, simpatizantes e desempenho de legenda (Cfr., por exemplo, NICOLAU, Jairo, “Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil”, in: Gláucio A.D.Souares & Lucio R. Rennó (orgs.), *Reforma política: lições da história recente*, Rio de Janeiro, Editora Fgv, 2006).

entre o 1º turno de 2002 e o de 2006, algo em torno de 9,52% de votos, em termos relativos o seu partido amargou defecções bem mais acentuadas, justamente naquele pequeno, porém sugestivo patrimônio de votos de legenda que sempre o destacara dos demais.<sup>20</sup>

Ora, o que esses números nos sugerem é que não apenas as escolhas e prioridades de Lula em seu primeiro mandato, mas, obviamente, o impacto da crise política do “mensalão”, em 2005, impuseram ao partido do presidente um custo bastante alto, junto ao eleitorado carioca. Custo esse que se manifestou não somente pela perda de votos, mas também pela criação de uma predisposição crítica – ou simplesmente negativa – diante de toda iniciativa, candidatura ou programa associado ao PT.<sup>21</sup>

Ao iniciar-se a campanha municipal de 2008, o quadro de expectativas com relação a seu possível impacto para a correlação de forças no país não parecia estar, portanto, muito diferente do contexto do último pleito, dois anos antes. Pelo contrário. Com o prosseguimento dos enredos relativos à corrupção na cobertura midiática da política,<sup>22</sup> e a manutenção das mesmas principais características políticas e administrativas que vinham marcando a chamada “era Lula” desde o seu começo, as variáveis de polarização do debate nacional seguiram seu curso e, até mesmo, uma certa “rotinização”: de um lado, uma situação conservadora em matéria de política macroeconômica, porém ativa na promoção da (re)distribuição de renda; igualmente tradicional no modo de conduzir as suas relações com o Legislativo e demais instâncias institucionais, mas sempre acenando à sociedade civil e à mobilização popular; liderada por um presidente cioso e orgulhoso de seu carisma, mas sempre pronto a negociar e a buscar a conciliação dos opostos; e, por último, mas não menos importante, dotada de grande aprovação popular, malgrado relações extremamente deterioradas e tensas com os principais poderes midiáticos. De outro, uma oposição acuada pelo bem sucedido conservadorismo econômico do oponente,<sup>23</sup> mas ciosa de sua suposta superioridade técnica; indecisa – entre a denúncia do “populismo assistencialista” e a assunção da paternidade de programas de sua gestão, aperfeiçoados pelos sucessores – diante das mudanças ocorridas no campo social; competente nas esferas profissionais de intervenção institucional, mas desconfiada e inábil no trato com setores menos organizados, ou favorecidos da sociedade; entrincheirada, afinal, em

---

<sup>20</sup> As perdas em votos nominais dos candidatos proporcionais do PT na cidade, na relação 2006-2002, foram da ordem de 21,67 para a Câmara Federal e 23,43 para a assembléia estadual local (fonte: Site do Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); acessado em 26/01/2009).

<sup>21</sup> Sobre os impactos da crise do “mensalão” sobre o PT e seus simpatizantes e militantes, ver, por exemplo, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “As identidades partidárias, a crise política atual, e o que a democracia tem com isso?”, In: *Desigualdade & Diversidade*: Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio, No.1, jul/dez/2007, edição eletrônica (<http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/>), e LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Mídia e democracia no Brasil: da eterna vigilância à justa frustração”, in: Jefferson Goulart (org.), *Mídia e democracia*, São Paulo, Annablume, 2007.

<sup>22</sup> Em 2007 o novo “drama” a dominar a agenda foi o caso envolvendo o ex-presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

<sup>23</sup> Do qual não somente não pode discordar publicamente, mas que – em seus melhores momentos – não se furta a admitir como de sua lavra.

torno da bandeira da ética e na defesa do que, imagina-se, seja a consciência superior das classes médias nacionais, com o decisivo apoio entusiástico de importantes veículos de comunicação e significativas parcelas da “*intelligentsia*”.

Como não poderia deixar de ser, a esse quadro mais amplo, inevitavelmente articulado à experiência política recente do país e às expectativas para 2010, se desenharam os contornos da disputa local.

Atingida por longo processo de esvaziamento econômico, e sucessivas administrações não muito bem-sucedidas,<sup>24</sup> a ex-capital federal e ex-cidade-estado, embora ainda um importante centro econômico, cultural e intelectual do país, por certo convive com as contradições oriundas de sua história. Do passado – mais ou menos idílico – à situação atual, a identidade do Rio de Janeiro tem sido marcada, ao menos nas últimas três décadas, por uma expressão recorrente: decadência. Independentemente do grau de verdade empírica, ou comparativa, embutida no diagnóstico, o fato é que após o fim melancólico da terceira gestão (a segunda consecutiva) de uma liderança que exerceu sua hegemonia sobre a cidade de forma praticamente incontestada por 16 anos – deixando o poder, contudo, sem a menor possibilidade de influir nos rumos de sua sucessão<sup>25</sup> –, o Rio parece ter acompanhado a chegada de mais uma disputa por sua liderança com forte ressentimento. E, talvez por isso mesmo, com setores de sua sociedade apresentando, afinal, um grande desejo de reassumir o comando de sua própria reconstrução (a despeito de um claro desinteresse inicial, que parece marcar as rotinas eleitorais contemporâneas de um modo mais freqüente).

O abandono a que se viu relegada a cidade pela administração demissionária, o vácuo político que se abriu por força dessa omissão, mas cima de tudo, a manutenção, senão o agravamento, de problemas crônicos em áreas decisivas como a segurança e a saúde públicas, de par com um renitente desencanto com as formas da política representativas – ano após ano alimentado, também, por um velho senso comum anti-político redivivo, mas agora reforçado, a doses cavалares, por um sistema de mídia cada vez mais abrangente e diversificado<sup>26</sup> –, confluíram para dar à eleição carioca de 2008 características efetivamente surpreendentes.

O que, nos primeiros meses de 2008, parecia estar condenado a se tornar mais uma disputa insossa e corriqueira – não muito diferente do que ocorrera na eleição municipal anterior, em 2004 – acabou se transformando numa grande catarse política em torno do orgulho perdido de uma cidade.

---

<sup>24</sup> Seja no município, seja no estado, da qual constitui o principal centro metropolitano e colégio eleitoral.

<sup>25</sup> César Maia assumiu seu 1º mandato de prefeito do Rio após vencer as eleições de 1992. Quatro anos depois ele elegeu seu sucessor – Luís Paulo Conde –, com quem rompeu em seguida. Voltou à prefeitura em 2000 e se reelegeu em 2004.

<sup>26</sup> Cfr. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Mídia e democracia no Brasil...”.

## A OPORTUNIDADE DA CRUZADA, E A CRUZADA CONTRA O OPORTUNISMO

O conteúdo discursivo relativo às eleições cariocas de 2008 na Internet, tal como parece ter sucedido também com a produção jornalística e opinativa dos principais veículos ditos tradicionais da cidade, ajudou, portanto, a conformar uma economia simbólica marcada pelo ressentimento e pelo desejo de reação.

A cidade do Rio de Janeiro, com sua suposta tradição política oposicionista, foi palco, nestas eleições, de uma mobilização política e ideológica *sui generis*, em que, de fato, várias possibilidades de negatividade puderam se fundir, gerando um desenvolvimento eleitoral surpreendente.

Em torno da candidatura de Fernando Gabeira, deputado federal do Partido Verde (PV), construiu-se rapidamente um verdadeiro amálgama de oposicionismos simbólicos: mais até do que propriamente uma oposição partidária – à situação municipal,<sup>27</sup> ao governo do estado, ou ao presidente da República e seu partido – esta campanha construiu-se em torno a um discurso em que as mazelas da cidade eram assimiladas a uma determinada imagem mais ampla do *status quo*, caracterizado pelos vícios ancestrais atribuídos (quase que exclusivamente) à política brasileira: oportunismo, clientelismo, fisiologismo, fragilidade partidária, facciosismo, ausência de escrúpulos e de limites éticos na disputa política, etc. E onde o Rio, mais uma vez, antes de se constituir propriamente numa unidade política específica – mas, no essencial, não tão diferente, entre tantas outras deste vasto e diverso Brasil federativo – seria muito mais, como sempre, o microcosmo definidor da situação nacional, o “tambor” ou “caixa de ressonância” da nacionalidade, no qual se afirmariam com maior intensidade todas as características definidoras, para bem e para mal, da supostamente exclusiva “índole” brasileira.

Tendo iniciado sua campanha com modestos 9% de intenções de voto, Gabeira manteve-se, até o início de setembro com o mesmo patamar nas pesquisas.<sup>28</sup> A partir daí – e, portanto, já durante a vigência do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) – iniciou uma

---

<sup>27</sup> De fato, se houve oposição aqui ela tem de ser relativizada, porque o partido do candidato colaborou sistematicamente nos quadros da administração que encerrava seu mandato, e contou com o apoio desta no 2º turno das eleições (uma vez que a candidata da situação obteve apenas a 6ª colocação no 1º turno, com cerca de 3% dos votos válidos).

<sup>28</sup> Na verdade, Gabeira oscilou nas pesquisas sempre entre 7 e 9%, de março ao início de setembro. Fonte: Datafolha (<http://datafolha.folha.uol.com.br/>; acessado em 26/01/2009). Tudo parecia indicar, ao início da disputa, para mais uma participação interessante, porém pouco ambiciosa, do candidato em pleitos majoritários. Anteriormente, Gabeira concorrera, em pleitos majoritários, ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 1986 pelo PT – ficou em terceiro lugar, obtendo cerca de 10% dos votos válidos – e à presidência da República, em 1989, pelo PV, quando obteve apenas cerca de 0,18% dos votos, ficando em 18º lugar.

trajetória ascendente, mas somente nos últimos dias que antecederam ao 1º turno (em 5 de outubro) ultrapassou o até então segundo colocado – Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB) – garantindo presença no turno final com cerca de 25% dos votos válidos, contra 31% obtidos pelo 1º colocado: Eduardo Paes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A propaganda de Gabeira menosprezou os partidos e qualificou negativamente a prática de alianças e cálculos de poder, procurando centrar-se exclusivamente na valorização da trajetória política e das qualidades pessoais do candidato. Ele foi retratado como exemplo de uma rara combinação de coragem, amabilidade, desprendimento, independência, honestidade e sintonia com o que há de mais moderno no terreno dos direitos e da administração pública contemporânea (espécime ainda mais raro neste ambiente decaído e atrasado que – de acordo com o rigoroso senso comum midiático de nossa classe média – constitui o conjunto da vida política brasileira). Para a fixação e reforço da imagem não faltaram citações a seu passado de militante da luta armada contra o Regime Militar (1964-1985), e *flashes* de sua destemida ação em defesa da ética em episódios recentes do nosso parlamento. Seu programa de governo procurava demonstrar espírito de inovação e criatividade, ao lado de um conhecimento adquirido de forma pessoal – e mesmo informal: “andei conversando”, “visitei”, “lembro-me de ter acompanhado”, etc. – tentando demonstrar a forma pela qual se encontrava perfeitamente em dia com as mais novas experiências de gestão. A prova de fé definitiva em sua superioridade intelectual – ou mesmo, “existencial” – sobre os concorrentes, provinha de declarações elogiosas a ele de uma plêiade de celebridades e ícones da alta cultura nacional.

Sejam quais forem as reais intenções e méritos estratégicos dessa construção, dada a partida no 2º turno, porém, Gabeira mais uma vez surpreendeu, assumindo a liderança das pesquisas com cerca de 43% de intenção de votos, contra 41% para o seu rival. Ou seja: apenas três dias após o pleito inicial, o candidato mais do que dobrou seus índices nas pesquisas. A “onda Gabeira” – ou “onda verde”, como a chamaram muitos dos seus correligionários – que já surpreendera na reta final do 1º turno, agora se transformava num autêntico fenômeno eleitoral, agregando apoios e intenções nos eleitorados de todos os candidatos derrotados. Com muito esforço o rival, candidato do governador Sérgio Cabral – e apoiado pelo Governo Federal – conseguiu, no entanto, reverter a nova tendência, reassumindo a dianteira nas vésperas do pleito decisivo e ganhando afinal, numa apuração emocionante, por um total de pouco mais de 55 mil votos num colégio de mais de 3 milhões!

Compreender as razões do desenrolar e do destino da campanha de Fernando Gabeira, ou mesmo do papel desempenhado nela pelo conjunto de veículos de comunicação mais



influentes na cidade, são tarefas que não podemos assumir aqui. O que nos interessa é justamente analisar o modo como uma nova ferramenta de disputa e intervenção – a Internet – foi utilizada no processo. Já que mesmo não podendo afirmar nada com relação à possível contribuição dada pela rede à produção da “onda Gabeira”, é inegável o modo como esta foi competentemente explorada pelo comando de sua campanha. Na verdade, o mais interessante foi a maneira pela qual a rede parece ter permitido a arregimentação de uma verdadeira – e talvez até mesmo nova – militância, em torno do candidato e das expectativas acerca de tudo o que a disputa passou a simbolizar.<sup>29</sup>

Antes de propriamente analisar os discursos postados nos diversos *sites* e *blogs* desenvolvidos ao longo da campanha, e por conta da campanha – e que, como já sugerimos, fornece amplo material para a compreensão da narrativa de “resgate” assumida por essa disputa, em especial pelos simpatizantes da candidatura de Gabeira – o que pretendo enfatizar, em 1º lugar, são os modos pelos quais, apesar de todo o seu alegado potencial democratizante, a rede tende a reiterar – tal e qual se dá com todos os demais meios narrativos da sociedade – os mesmos indicadores e procedimentos de distinção e hierarquização sociais.

Isto é facilmente perceptível em índices, tais como a reprodução, pelos internautas, de textos atribuídos a determinadas personalidades conhecidas – ou “consagradas” –, cujo capital social é mobilizado a favor do ponto de vista defendido pelo “postante”. Assim, artigos de jornalistas, acadêmicos, especialistas, intelectuais, etc., que reiteram as vantagens do candidato favorecido pelo internauta são re-enviados à sua comunidade virtual – e daí à rede, em geral –, repetindo, num outro plano hierárquico da cultura,<sup>30</sup> o mesmo recurso dos chamados marqueteiros políticos que recorrem a artistas e demais celebridades para pedir votos a seus candidatos.<sup>31</sup> Acredito, contudo, que o recurso à autoridade dos chamados “formadores de opinião” parece-me menos relacionado à sua pura e simples instrumentalização – ao aproveitamento de suas eventuais capacidades de persuasão retórica – do que, na verdade, à crença do próprio internauta acerca da superioridade ontológica (ou ética, tanto faz) dos seus argumentos. É menos, portanto, um esforço de conquista política de interlocutores, via argumentação, do que a atribuição a si mesmo – enquanto “correligionário” virtual – do valor simbólico votado a tais interlocutores consagrados pela mídia. Valor simbólico que, doravante, se espalha e conecta tanto o internauta, quanto o seu candidato e os “formadores” de sua eleição.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Uma análise técnica do uso da rede pelos simpatizantes de Gabeira em 2008 se encontra no site Overmundo (<http://www.overmundo.com.br/overblog/cultura-de-redes-na-mobilizacao-popular>).

<sup>30</sup> E, não por acaso, da própria hierarquia social.

<sup>31</sup> Os “eleitos” de que nos fala Antônio Fausto Neto (FAUSTO NETO, Antônio et al., *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*, São Paulo: São Leopoldo, RS: Hacker Editores; Unisinos, 2003).

<sup>32</sup> Até mesmo porque a se julgar pelo desempenho de muitos desses “formadores de opinião” nas eleições anteriores – 2006 – o valor de uso eleitoral de suas prédicas não parece, a rigor, muito alto. Ao menos, junto à maioria dos eleitores (que simplesmente os ignoraram). A esse respeito ver o interessante artigo de Marcos Coimbra – “A mídia

Por outro lado, a própria linguagem utilizada reitera motivos e maneirismos que, antes de qualquer outra coisa, distinguem seu emissor e, simultaneamente, o inserem performativamente em sua própria comunidade específica e tendencialmente exclusivista. Mais uma vez, e por mais contraditório que pareça, tudo leva a crer que é menos importante alargar o campo de adesões eleitorais – o que certamente demandaria um uso de linguagens mais assépticas e generalizáveis – do que firmar e reafirmar a comunhão de superioridade ética e ideológica que, outra vez, conecta a liderança, sua missão (diria mesmo: cruzada) e séquito informatizado.

Finalmente, quanto ao conteúdo discursivo das interações, o que podemos afirmar (no estágio atual de investigação) é que a congruência típica dos fenômenos político-culturais autênticos se expressa aqui de modo exemplar, na perfeita e expressiva articulação entre forma e conteúdo. A sofisticação das argumentações se encaixa perfeitamente na coerência com que se presta à contraposição simétrica de virtudes e vícios a marcar – e para estes decisores virtuais, a definir – o rumo e os sentidos da disputa em questão. Não são apenas projetos políticos e diferentes alianças o que separa os contendores (se é que é possível mesmo, neste registro interpretativo, dar importância a isso e, a partir daí, distinguir um do outro). São muito mais formas morais o que os separam decisivamente: a militância espontânea contra a “máquina”, a limpeza de métodos frente à opacidade, a economia frente ao desperdício, a independência contra o comprometimento, a constância diante da volubilidade, o compromisso contra o oportunismo, a certeza diante da dúvida, a consciência contra a manipulação, a solidez de raízes frente ao arrivismo, a boa educação contra a ignorância, o moderno contra o atrasado, a ética contra o interesse.

Qualquer semelhança com a nostalgia ressentida de alguma era mais romântica – em que a política talvez respeitasse mais os nobres e bronzeados valores da elite carioca – não será, portanto, mera coincidência.

Diante das características descritas acima, não pode causar espécie o fato de que, ao longo de todo o 2º turno das eleições municipais de 2008 no Rio de Janeiro – senão antes –, retornou com força total a temática da divisão histórica da cidade.<sup>33</sup> Os estilos dos dois contendores, as linguagens de seus programas, os perfis de suas alianças e apoios (principalmente nos campos da sociedade civil e da cultura), e, por último, mas não menos importante, a evolução de suas candidaturas nas pesquisas de intenção de voto, tudo isso, enfim, demonstrava claramente que o confronto polarizara-se nitidamente. Sendo essa, talvez, a mais carioca das disputas eleitorais ocorridas no Rio nos últimos quinze anos,<sup>34</sup> a divisão assumiu uma típica caracterização geográfica

---

teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006?”, publicado em Venício A. Lima (org.), *A mídia nas eleições de 2006...*, e LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Mídia e democracia no Brasil...”.

<sup>33</sup> A concepção da “cidade partida” tronou-se célebre na pena do jornalista Zuenir Ventura (*Cidade partida*, São Paulo, Cia. das Letras, 1994).

<sup>34</sup> Tomo aqui como marco, aproximadamente, o início do fim do domínio de Leonel Brizola sobre a política local

local: tornou-se um duelo entre a Zona Sul (Gabeira) e a Zona Norte (Paes).

Muito mais do que uma descrição rigorosamente adequada da distribuição de apoios e votos para cada candidato, em cada região ou bairro da cidade, essa polarização geográfica, como sabem todos aqueles familiarizados com a cultura do Rio, possui um sentido claro de contraposição de **classes**. Não obviamente das velhas classes do marxismo (e também por isso, não acredito que se possa com sucesso caracterizar o 2º turno carioca como um enfrentamento clássico do tipo “direita x esquerda”). Mas sim como uma divisão que separa não somente os mais ricos e os mais favorecidos pela educação, dos mais pobres e dos que menos tempo freqüentaram escolas e universidades – todos esses indicadores claramente identificados à predisposição ao voto em cada candidato pelas pesquisas –, mas também, e acima de tudo, uma contraposição de estilos e aspirações de vida, de gostos e inclinações estéticas, e, por tudo isso, mui diferentes expectativas com relação à vida política concreta, suas instituições e resultados.<sup>35</sup>

Uma divisão sócio-cultural que, portanto, não somente opôs, paradigmaticamente, formas muito características de *ethos* social, mas que não deixa – e não pode deixar – de se apresentar também como matriz de hierarquizações e, *pour cause*, de antagonismos políticos e ressentimentos potencialmente intensos. Em especial, como vimos acima, em contextos que são identificados como de profunda e longa decadência, mas também, sem dúvida, de grandes transformações, convulsões e alterações nas fronteiras que separam os bem-sucedidos e os perdedores da grande gincana da mobilidade social em mutação.

De qualquer modo, por enquanto, a única conclusão que me parece seguro tomar, já, a partir da fascinante experiência das eleições municipais cariocas de 2008, e do uso da Internet nela, é que malgrado os seus inegáveis recursos e potenciais cognitivos e discursivos, a rede – tal como quaisquer outras mídias que lhe antecederam – tem de se sujeitar, em sua auto-reprodução, aos imperativos da economia simbólica e do senso comum, com todas as suas ficções, mitos e preconceitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAUSTO NETO, Antônio, et al. 2003. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*, São Paulo: São Leopoldo, RS: Hacker Editores; Unisinos.

---

(na primeira metade da década de 1990). Sobre a importância política – mas também cultural – de Brizola para o imaginário político e para as divisões da sociedade carioca, ver TRAJANO, João, *Brizolismo: estetização da política e carisma*, Rio de Janeiro, Editora FGV/Espaço e Tempo, 1999.

<sup>35</sup> Sobre as distinções e estratificações culturais do Rio, ver, por exemplo, o trabalho de LIMA, Diana, *Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente*, Rio de Janeiro, Garamond/Faperj, 2008.

- GOLDING, Peter (org.). 1986. *Communicating politics*, New York, Holmes & Meyer.
- GOMES, Wilson & MAIA, Rousiley. 2008. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*, São Paulo, Paulus.
- GOMES, Wilson. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus.
- HABERMAS, Jürgen. 2003. *Democracia e direito: entre facticidade e validade*, Vol.II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 2007. “Mídia e democracia no Brasil: da eterna vigilância à justa frustração”, in: Jefferson Goulart (org.), *Mídia e democracia*, São Paulo, Annablume.
- \_\_\_\_\_. 2007. “As identidades partidárias, a crise política atual, e o que a democracia tem com isso?”, In: *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio*, No.1, jul/dez/2007. (<http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/>)
- \_\_\_\_\_. 2006. “Democracia, informação e mercado político: indeterminação e representatividade da representação”, apresentado ao 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- \_\_\_\_\_. 1994. “Imprensa e sociedade: a economia do discurso público”. In: *Arché Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, vol.III, n.8.
- LICHTENBERG, Judith. (ed.) 1995. *Democracy and the mass media*. Cambridge University Press.
- LIMA, Diana. 2008. *Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente*, Rio de Janeiro, Garamond/Faperj.
- LIMA, Venício A. (org.). 2007. *A mídia nas eleições de 2006*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- NICOLAU, Jairo. 2006. “Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil”, in: Gláucio A.D.Souares & Lucio R. Rennó (orgs.), *Reforma política: lições da história recente*, Rio de Janeiro, Editora Fgv.
- SCHUDSON, Michael. 1978. *Discovering the news: a social history of American newspapers*, New York, Basic Books.
- TRAJANO, João. 1999. *Brizolismo: estetização da política e carisma*, Rio de Janeiro, Editora FGV/Espaço e Tempo.

TUCHMAN, Gaye. 1972. "Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity", In: *American Journal of Sociology*, 77(4).

VENTURA, Zuenir. 1994. *Cidade partida*, São Paulo, Cia. das Letras.

WALZER, Michael. 2008. *Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário*, São Paulo, Martins Fontes.

YOUNG, Iris Marion. 2001. "Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa", In: Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, Editora UnB.

**Abstract:** Specific characteristics of the new digital Medias – such as its full accessibility and interactivity potentials – have generated frequent expectations with regard to its supposed democratizing capacities, specially the Internet, which seems to be comparatively stronger than that of the traditional mediums of written and audiovisual press. In this article we intend to question these presumptions analyzing the ways by which the Web can simultaneously exert such positive functions and also help the reproduction of hierarchies and inequalities. Especially through the manipulation of symbolic capitals originated on the "not-virtual" world, and the transmuting and renovation of prejudices from the common sense. The analysis is based on the electoral use of the Web at the dispute for mayor of Rio de Janeiro city, in 2008.

**Resumen:** Las características específicas de los nuevos medios digitales – como la plena accesibilidad potencial y la interactividad – han generado frecuentes expectativas cerca de sus supuestas capacidades democráticas, en especial la Internet, que serían comparativamente mayores que los de los vehículos tradicionales de prensa y difusión audiovisual. En este artículo nos proponemos matizar y cuestionar tales expectativas, a partir de un análisis de las formas por las cuales de hecho la Web puede jugar un papel positivo, al mismo tiempo que corrobora por la reproducción de las jerarquías y las desigualdades mediante la manipulación simbólica de capitales procedentes de mundo "no virtual", actuando en la transmutación de los prejuicios del sentido común. El análisis se basa en el uso de la red en las elecciones municipales de 2008, en Río de Janeiro.

*Submetido: 13/02/2010.*

*Aceito: 08/03/2010.*

**Fernando Lattman-Weltman** é professor e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getulio Vargas